

A visão sociolinguística e antropológica das Línguas em Luís Polanah

por José Luís Fontenla Rodrigues,
Presidente da Comissão Galega do Acordo
Ortográfico de Língua Portuguesa, das
Irmandades da Fala da Galiza e Portugal e dos
Círculos Republicanos Lusófonos (Galiza-Portugal)

In memoriam de Polanah
para António Gil

Resumo: Neste artigo o autor homenageia Luís Polanah e a sua visão sociolinguística e antropológica em relação às línguas africanas, ao português e ao galego.

Abstract: In this article, the author praises Luís Polanah's academic efforts and his sociolinguistic and anthropological vision concerning the African languages, as well as Portuguese and Gallegan.

Palavras Chave: Luís Polanah, Sociolinguística, Antropologia, Línguas Africanas, Galego, Português

Introdução

O saudoso professor amigo Doutor Luís António Domingues Polanah (1921-2005), antropólogo e professor aposentado da Universidade do Minho, de Braga, tinha uma visão clara nos aspectos linguísticos, sociolinguísticos e antropológicos das línguas e, designadamente, das línguas étnicas africanas e

não só. O seu poder de compreensão do fenómeno linguístico resultava também do facto de ter tido antecessores minhotos (de Portugal) e até sangue de negros, como se orgulhava de dizer: conheci-o na Livraria Minho de Braga, um dia qualquer, igual a outro, em que depois de ouvir-me solicitar uns livros, talvez pelo sotaque, percebeu que não era português, malgrado defender a lusofonia publicamente. O professor amigo olhou para mim e comentou: «não se admire de que leve uma pulseira de marfim, é para não esquecer a minha africanidade; sou originário de Moçambique». No momento, estabeleceu-se uma amizade entre os dois que durou até ao derradeiro momento da sua vida. Os seus restos incinerados estão em poder dos filhos, em Braga, e alguns dos quais os vi crescer desde garotos.

O também saudoso professor Manuel Ferreira, introdutor dos Estudos Africanos em Portugal e marido da poeta ainda viva, Orlanda Amarílis, com certeza que diria que Polanah era um homem de entre dois mundos: por um lado, o da sua africanidade e, por outro, o da sua europeidade, embora tenha nascido numa ilha do rio Zambeze, em Moçambique. Eu diria que na poesia e nas artes plásticas o Professor Polanah era de orientação europeia, mas que, como antropólogo, se definia mais como africano. Tinha dado aulas nos Cursos de Letras da Universidade de Luanda, a funcionarem na cidade de Sá da Bandeira, onde teve como aluno o sociólogo José Carlos Venâncio, Professor formado na Alemanha e actualmente na Universidade de Beira Interior, a quem Polanah cedeu a sua Biblioteca.

O Luís Polanah, nosso saudoso amigo, imediatamente ligou para as coisas da Galiza, quando já tinha publicado «Comunidades Camponesas no Parque Nacional da Peneda-Gerês» (1981), «O Nhamussoro e as Outras Funções Mágico-religiosas» (1989) e «Campesinos de Sayago — Estructura social y representaciones simbólicas de una comunidad rural» (1996). Ficou inédito «O Lusotropicalismo, em Moçambique, até 1960» apresentado no IV Congresso Internacional de Língua, Culturas e Literaturas Lusófonas a que presidi na Universidade de Santiago, em Setembro de 2000. Polanah enfrenta o lusotropicalismo e o carácter nacional do português, segundo Jorge Dias, criticando Gilberto Freire e, em geral, as formas ideológicas de ocultar a assimilação cultural, o negro e a sua antropologia, vivências, sonhos e liberdade, que se alcançam com a independência colonial de um Portugal dominador. Não é neutro o pensamento científico de Polanah; é crítico e certo com a realidade que conhece profundamente como «africano de origem», com antecessores minhotos (de Portugal) e com sangue de uma avó negra, com familiares cuja

fotografia me mostrou, meses antes de falecer, como para querer justificar a sua crítica fundamentada e séria, como tudo o que ele fazia, no tema do colonialismo, assimilação cultural, escravatura, imposições de todo o género ao negro. O Polanah branco defendia, como antropólogo, os valores africanos, como não podia ser menos, e disso dão conta os trabalhos publicados nas nossas revistas lusófonas, que se citam depois da bibliografia deste trabalho.

A visão sociolinguística e antropológica das Línguas em Luís Polanah

A visão da Espanha por Luís Polanah está recolhida no trabalho «A Língua Galega e as Línguas Étnicas Africanas», na revista *O Ensino*, pp.223-229,1987.

Assim diz: «[...] a Espanha aparece-nos como sendo formada por espanhóis de língua castelhana e por espanhóis de língua não castelhana. De facto, assim é. Seja ou não a maioria do país constituída por povos de fala castelhana, o que é mais importante é reconhecer que o castelhano se tornou, durante o percurso histórico das principais forças que dirigiram os destinos da grande Espanha, a língua, do estado, a língua oficial, a língua que ignorava as fronteiras étnicas e regionais para abarcar todas as populações existentes *no país em formação como se todas elas constituíssem uma massa homogénea do ponto de vista étnico, linguístico e histórico*. A língua veiculadora dessa unidade moral foi a castelhana, nos primórdios da nacionalidade falada por uma minoria belicosa e que, com o pretexto de expulsar os inimigos da cristandade, ampliavam os seus domínios territoriais, absorvendo as suas populações» (Ênfase minha).

Antes Polanah afirmava: «[...] a língua castelhana ao impor-se em Espanha como língua primeira ou língua nacional, converteu-se em língua de unidade dos povos que ficaram encerrados dentro das fronteiras da Espanha moderna. Se muitas das línguas nativas desapareceram do mapa linguístico espanhol *por os seus falantes terem sido assimilados à língua oficial castelhana, idioma da nobreza, do clero e da classe militar e dos homens cultos e letrados, isto é, das classes dominantes no país em formação, outros povos, ou pela sua densidade demográfica, ou pelas características da sua regionalidade e do sentimento da sua personalidade histórica fortemente resistente a toda a tentativa de assimilação cultural, foram capazes de preservar a sua identidade linguística. Até aos nossos dias. Contam-se neste caso, os povos do País Basco, da Catalunha, de Valência, Ilhas Baleares e da Galiza que,*

sempre tiveram a língua castelhana como língua segunda ou do Estado Espanhol. (Ênfase minha)

E acrescenta Polanah: «Estas distinções não académicas entram no foro mais íntimo da alma popular e as suas elites assumem o dever de fazer respeitá-las, recordando constantemente ao povo quem ele é e como a defesa desse património é condição de sobrevivência da sua identidade cultural e nacional» (Ênfase minha).

Encarada a questão desta maneira, o saudoso Polanah dá provas de uma antropologia e sociolinguística clara e contundente. Não em vão ia ser sob sua presidência e do Prof. Alves Cristóvão e de Carvalho Calero, que iria constituir-se em Ponte Vedra, minha cidade natal, a 6 e 7 Dezembro de 1985, a Comissão Galega do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa, chamada, inicialmente, do Acordo Luso-Brasileiro ao não estar prevista a presença dos PALOP, que nós, os Galegos solicitámos aos Governos de Portugal e do Brasil, através do Prof. Malaca Casteleiro, no Círculo Linguístico de Lisboa, e de António Houaiss, nosso saudoso amigo, por telefone, que estivessem presentes no Encontro de Uniformização Ortográfica da Academia Brasileira de Letras do Rio de Janeiro, em Maio 1986, o que conseguimos, sendo que os PALOP participaram assim nos dois Acordos de 1986 e 1990 (Academia das Ciências de Lisboa), onde compareceu o nosso caro amigo Prof. Filipe Zau em representação de Angola, com os restantes parceiros de toda a Lusofonia.

Confiamos que o Acordo Ortográfico venha a vigorar em breve e que se mantenha assim melhor a unidade estrutural da nossa língua portuguesa, quer seja considerada numa visão sincrónica, quer diacrónica, como queria também o Prof. Polanah.

Polanah foi ainda sócio fundador das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, legalizadas em Portugal, em Julho de 1991, e, depois vice-presidente das mesmas, assim como do Conselho Científico da Comissão Galega do Acordo que ajudou a constituir.

A visão das Línguas étnicas africanas em polanah

O Professor Polanah, no mesmo trabalho que vimos citando, encara a partir de uma perspectiva antropológica e sociolinguística as línguas étnicas africanas, e assim afirma: «Com as línguas africanas que ficaram prisioneiras dentro das fronteiras coloniais traçadas a partir da Conferência de Berlim, os

factos apresentam-se feridos de outras implicações [...] As línguas africanas são antes de tudo línguas étnicas ou tribais e, noutros casos, dialectos clânicos ou sub-tribais. Quando os europeus se apropriaram da África, as línguas e dialectos locais foram colocadas num plano muito secundário face à língua do país colonizador. Não foram combatidas nem ignoradas, mas abandonadas ao seu destino natural. À primeira vista, não constituem um obstáculo à hegemonia do colonizador e, por esse facto, deu-se-lhes algum respeito. Foram, em muitos casos, objecto de estudo por parte de gramáticos e linguistas; escreveram-se textos em língua nativa, principalmente textos baseados no Evangelho e outros com o objectivo de alargar regras de profilaxia e higiene na defesa da saúde das populações mais ou menos alfabetizadas. Nos primeiros anos da intervenção colonial *o problema com as mais importantes nações-tribais não residia na língua que falavam, mas na sua resistência em aceitar a soberania do país colonizador* (Ênfase minha).

Ultrapassada esta dificuldade, esperava-se que, com o progresso da alfabetização e o conhecimento cada vez maior da língua oficial da colónia, os africanos se fossem acostumando crescentemente aos valores da cultura europeia, negligenciando, aos poucos, a cultura, tradicional. *Entre os Portugueses (como aliás com os Franceses, se bem que em proporções distintas) o princípio de assimilação (do negro aos padrões de conduta introduzidos pelos brancos destinava-se a provocar um desenraizamento progressivo dos Africanos em relação aos seus usos e costumes.*» (Ênfase minha).

E continua o professor Polanah: «*Em África, porém, as línguas indígenas, veículos naturais de culturas diferentes da europeia, não são línguas com escrita. Nem antes nem depois da chegada dos portugueses, essas línguas deixaram de ser meros idiomas orais, cuja preservação e transmissão através das gerações sempre se fez e continua a fazer-se por meio da família de criação segundo normas rotineiras vigiadas pela tradição, de uma maneira informal, espontânea, inconsciente. São línguas ou dialectos importantes porque exprimem, a seu modo e dentro dos seus limites sociais, a alma das populações suas falantes ... Cada grupo ou sub-grupo auto-identificado pelos seus padrões comuns de vida tem na respectiva língua o veículo mais poderoso para continuar a garantir a sua identidade histórica.*» (Ênfases minhas).

E esclarece: «*Todavia, constitui uma ilusão pensar que houve rincão onde não chegasse a influência europeia. Ali onde a acção das autoridades administrativas e militares não se fez sentir directamente, esteve presente o*

comerciante do mato e muito provavelmente um grupo de missionários procurando a conversão das almas à mensagem de Cristo. Foram presenças que, por alguma forma, não deixaram de afectar a existência das populações. Principalmente, a intervenção religiosa que fez o assédio das crenças e costumes indígenas sem cuidar das consequências em todo o sistema social e da sua própria vida mental [...] Resta-nos ainda admitir que, à data do levantamento insurreccional contra o domínio colonial e após a conquista da independência nacional, as forças revolucionárias e os seus dirigentes, feitos de uma amálgama racial saídos de vários estratos da sociedade colonial, sentiam-se detentores de direitos comuns e julgavam-se investidos numa missão histórica igualmente comum em virtude, não da sua diversidade racial e social, mas dos seu nascimento no mesmo território colonial, da língua comum que falavam ou em que era possível fazerem-se entender e de haverem assumido, em nome de um povo culturalmente diverso e incapaz de se unir por si só para fazer frente ao opressor colonial, o dever de o conduzir para a sua independência» e afirma Polanah ainda: «A língua do colonizador, mais do que a identidade racial, foi o que serviu de vector à unificação das elites preparadas para protagonizarem as lutas de independência. Somente o conteúdo ideológico dessa luta heróica foi recebida de outras fontes, pois era praticamente impossível pensar a rebelião, desejar a autonomia, atingir a independência que não fosse mediante um outro esquema político diametralmente oposto à filosofia do colonialismo». (Ênfase minha).

A antropologia social ou política de Polanah revela perfeitamente, com critérios de análise linguística e sociolinguística, a situação dos povos africanos lusófonos, antes e depois da independência.

O facto de o Português servir de interlíngua e como dizia Amílcar Cabral «O português é o melhor que os tucas nos deixaram», porque permitiu a coesão social e política necessária das nações africanas lusófonas, nações tribais como as como as define Polanah que precisam converter-se em Nações-Estado, é um fenómeno similar a outras línguas europeias coloniais que fizeram de interlíngua e garantiram a coesão suficiente para os povos da África se poderem libertar.

Certamente, a língua do colonizador foi assumida pelas classes dirigentes, mas as múltiplas línguas africanas ainda não são tidas em conta devidamente, embora sejam usadas como línguas maternas (Fontenla & Fontenla) (1) e tenham um percurso ainda não totalmente definido (Mota) (2).

Com efeito, Polanah diz: «Posto que a expansão da língua e alfabetização das populações africanas estivessem longe de corresponder a uma política generosa de colonização, em menos de meio século após a Conferência de

Berlim, apareceram na cena intelectual e política da sociedade colonial, mestiços e negros ilustrados cujas vozes se fizeram sentir em defesa dos valores e dos direitos que o Branco parecia querer negar aos filhos da terra [...] As suas capacidades intelectuais e literárias suscitaram a admiração dos Brancos perante a raça negra, segundo o credo da biologia evolucionista, inferior à raça branca. E dessa geração prócere e ainda longe de reivindicar a independência política para os africanos que há-de sair a geração dos políticos e intelectuais disposta a dirigir a luta de libertação colonial. Todos eles falam só (ou apenas) o português e é nesta língua que escrevem os seus manifestos, expedem as suas instruções, preparam os seus planos de campanha, dão conferências internacionais, [...] Nenhuma língua nativa aparece durante a rebelião colonial a querer impor-se como aquela que reunia todas as condições para exprimir a vontade do povo. Foi a língua do colonizador que serviu de arma de combate contra a presença do colonialismo opressor».

Polanah critica que não sejam tidas em conta as outras línguas africanas ou nacionais e esclarece: «É preciso ainda sublinhar que as homenagens do mundo aos escritores e poetas africanos ou que como tais se consideram por razões mais do que óbvias também se devem à natureza dos sofrimentos passados, aos direitos reivindicados, às ideias e princípios que são defendidos por essa elite africana na luta pela causa do seu povo, *quer esteja ou não consciente de que os direitos princípios e valores nem sempre coincidem com aqueles que fazem parte do património cultural de cada grupo étnico em particular*» (Ênfase minha). (3)

Temos, pois, que o saudoso amigo Polanah enfrenta a situação cultural, linguística, sociolinguística e antropológica com critérios científicos que batem certo para o caso do Estado espanhol, como vimos acima, e para o caso das línguas étnicas africanas, algumas das quais serão codificadas e funcionarão como oficiais, juntamente com o Português, segundo as últimas reuniões havidas a esse respeito, e impulsionadas por países como Angola.

O caso de Timor é diferente e foi bem sucedido, tornando-se rapidamente parte da CPLP.

Falta, como queria o saudoso Polanah, e como afirma na derradeira parte do seu ensaio, que analisemos, a língua galega, que «*deve ser encorajada a encontrar a sua identidade ortofonética e ortográfica nos acordos em que vieram participar os representantes do Brasil, da África e de Portugal*» (Ênfase minha).

José Luis Rodríguez

Coisa que fizemos, como bem sabe António Gil, Adela Figueroa, Carlos Durao, Santamaria Conde, Ângelo Brea, etc. na negociação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1986 (Academia Brasileira de Letras) e na renegociação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (Academia das Ciências de Lisboa) e que continuaremos a fazer, porque a nossa língua é a espinha dorsal da nossa nação, a segunda românica do mundo, uma das mais formosas do planeta, e que tem 240 milhões de falantes, segundo a UNESCO, nos 5 Continentes.

Luís Polanah foi um dos bons e generosos, como diz o Hino Galego, em apoiar tão nobre causa, que nos outorga razão de ser. Sei que António Gil, com este texto como homenagem perceberá que a luta continua.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

- (1) ANA FONTENLA & JOSÉ LUÍS FONTENLA «O Problema das Línguas Nacionais e da Língua Portuguesa em África Lusófona. Cultura Africana e Identidade Nacional na Comunidade Africana Lusófona», *Temas do Ensino de Linguística, Sociolinguística e Literatura*, Ponte Vedra-Braga, 1991-94, pp.169-183, num. 27-38
- (2) MOTA, A. «O Presente do Passado na Comunidade Lusófona», *Nós*, Ponte Vedra, Braga, pp.13-24, 1986-87 e «O Presente do Futuro da Língua Portuguesa», *Nós*, Ponte Vedra - Braga, pp. 119-125, 1987-88
- (3) POLANAH, L. «A Língua Galega no Espaço dos Países Lusófonos», *Nós*, Ponte Vedra-Braga, pp.127-133, 1987-88.

TEXTOS PUBLICADOS POR POLANAH NAS REVISTAS DAS IRMANDADES DA FALA DA GALIZA E PORTUGAL

- (1) «A Língua Galega e as Línguas Étnicas Africanas», revista *O Ensino*, num. 18-22, Ponte Vedra, 1987
- (2) «A Língua Galega no Espaço dos Países Lusófonos», *Nós*, Ponte Vedra-Braga, num. 7-12, 1987-88

A Visão Sociolinguística e Antropológica das Línguas em Luís Polanah

- (3) «A Raça na Poética de Noémia de Sousa», *Nós*, Ponte Vedra-Braga, num.19-28, 1990-91 e dois poemas «As Lágrimas do Amor» e «Amantes» no mesmo número.
- (4) «Escrever como Africano Porquê e para Quem?», *Temas do ensino de linguística, sociolinguística e literatura*, Ponte Vedra-Braga, num.27-38, 1991-1994
- (5) «O Efeito Colonizador nos PALOP», *Nós*, Ponte Vedra-Braga, num.41-50, 1995
- (6) «Primeiros Passos de uma Etnografia Africana do século XVI: O Missionário Frei João dos Santos», *Nós*, Ponte Vedra-Braga, 1908
- (7) «O Lusotropicalismo em Moçambique até 1960», dactilografado, apresentado no IV Congresso Internacional de Língua, Cultura e Literaturas Lusófonas, Setembro, 2000, inédito.